

Governo reafirma previsão de crescimento de 3,5% este ano

Ministro vê condições favoráveis para o desenvolvimento sustentado

Otto Filgueiras e
Aluísio Alves/InvestNews
de São Paulo

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse ontem que as condições para o desenvolvimento sustentável do Brasil são muito mais favoráveis hoje do que no ano passado e que o governo vai investir na economia R\$ 45 bilhões em 2004. Mantega fez as afirmações na abertura do Fórum "A retomada do crescimento sustentável em 2004: desafios, oportunidades, vulnerabilidades e prioridades", promovido pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) no hotel Intercontinental, ontem em São Paulo.

Ele garantiu que o crescimento real da economia este ano será superior a 3,5% e disse que os empresários estão otimistas, dispostos a investir e citou a pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que demonstra o interesse da indústria em elevar a sua capacidade de produção em 18% nos próximos três anos. Para Mantega, isso quer dizer investimento de 5% ao ano até 2007 e, segundo ele, é "a maior intenção dos empresários apresentada nos últimos sete anos". De acordo com ele, a pesquisa da FGV é importante porque foi com mais de 1.200 empresas que demonstraram intenção de investimento. "Vários setores que tiveram prejuízo ou apresentaram lucro muito pequeno em 2002 e portanto dificuldades de investir, saíram do vermelho em 2003 e agora estão com mais condições de expansão", disse o ministro.

Mantega afirmou que a meta de Superávit Primário do próximo ano será definida na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que deve ser encaminhada ao Congresso Nacional até final de abril. "A discussão está começando e não envolve apenas o Brasil,

mas também outros países, o FMI e BIRD, mas já temos um efeito prático, porque em 2004 estaremos fazendo 2,9 bilhões de investimento em saneamento que serão abatidos dos R\$70 bilhões do Superávit Primário", disse Mantega.

Segundo o ministro, o indicador de preços do Dieese, que apontou uma deflação de 0,18% em São Paulo, significa que o Banco Central poderá continuar com sua política de redução da taxa básica de

juros. E frisou que para haver crescimento sustentado é necessário que os banqueiros libereem mais crédito e reduzam a taxa de spread bancário.

Mas uma das pré-condições para que o País entre numa rota segura de crescimento econômico sustentado é melhorar a coordenação intra-governamental, disse o diretor da LCA Consultores, Luciano Coutinho, que também participou do Fórum promovido pela Febraban.

Para o economista, o governo precisa construir as condições de sustentação de crescimento. E o poder público deve dispor de suporte político que permita a implementação de modelos de desenvolvimento mais sólidos, com agendas objetivas em parceria com os setores privados bancário e produtivo.

Investimento em infra-estrutura

Os demais desafios que também precisam ser superados, segundo Coutinho, são a expansão das inversões em infra-estrutura sem comprometer o esforço fiscal, o aumento da capacidade exportadora e a contenção da carga tributária. Além disso, ele sugere que o governo se apresse na transição do modelo tributário, para utilizar com mais intensidade o sistema de cobranças sobre valor agregado. "É preciso arrecadar mais com impostos diretos, aumentando a base de arrecadação

de Imposto de Renda, e diminuir a incidência dos indiretos", disse.

Segundo Coutinho, essas conquistas são especialmente importantes para que o País possa se beneficiar do ciclo de crescimento da economia mundial, que deve começar a partir do ano que vem. O profissional calcula que as iniciativas devem permitir uma queda dos juros reais domésticos para 7% de 2005 a 2008.

País continua vulnerável

Contrário ao discurso de aparente confiança do governo na qualidade dos fundamentos econômicos do País, a partir dos ajustes implementados no ano passado, o professor titular da UFRJ, Fernando José Cardim de Carvalho, que também participou do Fórum, considera que o Brasil ainda está vulnerável à ocorrência de choques internos e externos. Para ele, os membros do governo se equivocam ao dizer que o preço pago pelo Brasil após a crise de 2002 foi menor do que a de outros países que enfrentaram situações semelhantes, de forte volatilidade cambial. "O grande teste do Brasil aconteceu em 1999, porque o País saiu de um regime cambial para outro. A comparação dos efeitos da crise de 2002 com a de outras nações é inadequado, porque o regime no Brasil já era flexível, enquanto a dos demais era rígido", disse ele.

Segundo Carvalho, a calma dos técnicos do Banco Central (BC), baseado na idéia de que o câmbio flexível é auto-ajustável, é perigosa, porque as experiências do Brasil depois de 1999 mostram que o câmbio flutuante não resolve tudo. O economista defende que o BC tenha uma postura mais ativa no gerenciamento da taxa de câmbio, especialmente com mecanismos de controle dos fluxos das contas CC-5, via por onde saem recursos de residentes, e que têm sido o estopim das últimas crises. "Ainda não temos maturidade econômica suficiente para ter esse grau de liberalização", disse o professor.



Guido Mantega